

Senado comemora o bicentenário da abertura dos portos

O significado da abertura dos portos do Brasil às nações amigas, promovida há 200 anos por dom João VI, foi ressaltado ontem em sessão especial do Senado. Autor do requerimento de homenagem, o senador Romeu Tuma lembrou a importância da modernização dos portos, da construção dos navios e do reaparelhamento das Forças Armadas.

Página 8

Plenário vai homenagear Jonas Pinheiro

O Senado realizará sessão especial em homenagem a Jonas Pinheiro, que faleceu terça-feira em consequência de falência múltipla de órgãos. A sugestão partiu de Kátia Abreu, que ontem colocou flores na bancada que o senador ocupava no Plenário.

Página 4

Congresso instala CPI para investigar uso de cartões

Requerimento é lido em sessão do Congresso e líderes têm prazo de cinco dias para indicar os integrantes da comissão; já a leitura do pedido de CPI no Senado deve ser feita na próxima semana

Genildo Magela



Garibaldi preside a sessão do Congresso e admite indicar integrantes de comissão

Embora o PMDB já tenha indicado o senador Neuto de Conto para presidir a CPI mista, a oposição ainda tem esperança de participar do comando da comissão. Arthur Virgílio e José Agripino cobraram a leitura imediata do pedido de CPI exclusiva do Senado, o que, segundo Garibaldi, deve ocorrer na semana que vem. **Página 3**

Jarbas Vasconcelos sugere restringir coligação a eleições majoritárias **Página 2**

Filho de Jango deve depor em comissão sobre suposto assassinato do pai **Página 6**

CCJ aprova proposta que acelera exame de vetos

O exame de vetos presidenciais – um dos pontos críticos do processo legislativo – pode ser acelerado: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem emenda a proposta de Marco Maciel que disciplina a matéria. A CCJ acolheu também projeto que permite aos partidos que não atingirem 5% dos votos para a Câmara dos Deputados se organizarem em federação. **Página 7**



Marco Maciel (à dir., ao lado de Valter Pereira) preside a Comissão de Justiça do Senado

Genildo Magela



As flores na bancada que Jonas Pinheiro ocupava no Plenário do Senado foram uma homenagem de Kátia Abreu



Para senador, proibição do mecanismo em eleições para deputados e vereadores seria o primeiro passo para fortalecer os partidos políticos

Jarbas cobra votação do fim das coligações em pleito proporcional

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu ontem, da tribuna, a inclusão, na pauta de votações do Plenário, da proposta de emenda à Constituição de sua autoria que autoriza coligações partidárias apenas nas eleições majoritárias – presidente, governadores, prefeitos e senadores. As coligações ficariam vedadas, portanto, nas eleições proporcionais, nas quais são eleitos deputados federais, estaduais e distritais e vereadores.

Ele lembrou que a matéria (PEC 29/07), que modifica o artigo 17, parágrafo único, da Constituição federal, foi aprovada em agosto do ano passado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Agora depende do presidente da



Jarbas Vasconcelos solicita inclusão de PEC de sua autoria na pauta do Plenário

Casa e dos líderes partidários para ser levada ao Plenário, onde terá de ser apreciada em dois turnos de votação.

– Uma vez que a realização da reforma política revelou-se um fracasso, penso que a proibição

das coligações nas eleições proporcionais seria um primeiro passo no sentido do fortalecimento dos partidos – afirmou o parlamentar, que leu trecho de um editorial favorável à matéria publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*.

O editorial afirma: “A aprovação da PEC será um avanço histórico para o saneamento da política brasileira, pois ferirá de morte as infames legendas de aluguel, que vendem espaços no horário eleitoral em troca de participação nas chapas”.

Na presidência da sessão, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse considerar urgente a votação da proposta, em razão dos efeitos que traria para o quadro político brasileiro.

Zambiasi pede decisão sobre PEC que trata da criação de municípios

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) cobrou ontem uma decisão sobre a proposta de emenda à Constituição que devolve aos estados a competência para legislar sobre sua organização administrativa, no caso, as emancipações ou criação de municípios.

Zambiasi fez um apelo ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE), para que coloque em pauta a matéria (PEC 13/03), que retornou pela segunda vez à

comissão para ser reexaminada, a pedido da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

O Supremo Tribunal Federal (STF), lembrou, já se manifestou ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.682, estipulando um prazo de 18 meses para que o Congresso Nacional regulamente a matéria. O prazo passou a ser contado a partir de maio de 2007.

O senador também registrou a aprovação, na CCJ, da PEC que trata da chamada faixa de fronteiras que vai de Mato Grosso do



Zambiasi lembra que STF deu prazo ao Congresso para regulamentar matéria

Sul ao Rio Grande do Sul. Ele disse que a legislação atual tem impedido investimentos no trecho de 25 quilômetros distantes da fronteira, nos lados brasileiro e argentino.

Expedito recomenda cautela no combate ao desmatamento

Expedito Júnior (PR-RO) pediu a Lula e à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, “muita cautela na condução da chamada Operação Arco de Fogo”. Segundo ele, os trabalhos dessa operação já começam a tratar generalizadamente os madeireiros como criminosos, o que demonstra “a falta de diálogo e a falta de competência para se resolver um problema tão complexo”.

O senador disse que o governo e o Ministério do Meio Ambiente sonham aos brasileiros informações “sobre o grandioso trabalho que Rondônia tem feito” na defesa da Amazônia. Afirmou que, assim como os madeireiros, os agricultores e pecuaristas não são criminosos, não podendo admitir um “ataque generalizado”.

– O governo federal precisa ter competência para identificar essas pessoas e puni-las, e não rotular todos aqueles que fazem o estado crescer como sendo criminosos – assinalou.

João Pedro diz que renúncia de Fidel não significa ruptura

João Pedro (PT-AM) afirmou da tribuna que a renúncia de Fidel Castro ao comando de Cuba não significa que haverá “uma ruptura imediata” na vida da população, “pelo menos da forma e da intensidade que almejam os arquiinimigos do ex-comandante”. Para o senador, se mudanças vierem a ocorrer em Cuba, “elas partirão da vontade de sua população, e não de uma pressão guiada por interesses externos”.

João Pedro ponderou que as melhorias sociais obtidas pelos cubanos são “comparáveis às obtidas em países capitalistas” e lamentou que sempre haja uma tentativa de se superestimar os erros da revolução cubana.

– O socialismo se mantém relevante como uma das grandes utopias contra a injustiça social e contra a exploração do homem pelo homem. Sem as idéias socialistas, o mundo capitalista certamente seria muito pior, principalmente nos países pobres.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

O Plenário realiza, às 9h, sessão não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares. Entre os senadores inscritos estão Gerson Camata (PMDB-ES), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Mário Couto (PSDB-PA).

Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza hoje duas reuniões – às 10h e às 14h30 – para discutir e votar o relatório final apresentado pelo deputado José Pimentel (PT-CE) ao projeto de lei do Orçamento da União para 2008 (PL 30/07-CN).

Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará reunião administrativa, às 15h, para receber trabalhadores e dirigentes sindicais dos Correios, que apresentarão a pauta das relações de trabalho com a empresa estatal.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Gilvam Borges e Mão Santa

Governo terá 5 vice-líderes no Congresso

Foi aprovado na sessão conjunta de ontem projeto de resolução de autoria da líder do governo no Congresso Nacional, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), que amplia de três para cinco o número de vice-líderes do governo no Parlamento.

O relator, deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), disse que “a proposta não aumenta despesa, nem cria qualquer cargo, sendo, portanto, uma medida altamente salutar, que vem fortalecer os debates no Congresso”. A proposta (PRN 2/07) modifica o Regimento Comum.

Malta destaca recuperação de drogados

Magno Malta (PR-ES) destacou reportagem da *Revista O Globo*, suplemento do jornal *O Globo*, sob o título “Operação resgate”. A matéria relata o trabalho de recuperação de drogados promovido pelo pastor Marcos Pereira em presídios.

O senador disse que o pastor dedica a vida ao trabalho de recuperação, “provando que o drama do vício que conduz ao crime é espiritual”.

Rosalba lamenta morte de maçom de Mossoró

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lamentou ontem em Plenário a morte do advogado José Geraldo de Medeiros, venerável da Loja Maçônica 24 de Junho, de Mossoró (RN). Geraldo morreu na quarta-feira, “de forma prematura”, disse.

A senadora lembrou que a luta pela libertação dos escravos iniciou-se na loja maçônica à qual pertencia o advogado, cinco anos antes da assinatura da Lei Áurea. Rosalba manifestou solidariedade à família e, em especial, à viúva, Maria Isabel.

Lideranças partidárias têm cinco dias para indicar membros de comissão; Garibaldi admite nomear integrantes se líderes não o fizerem; oposição cobra leitura de requerimento de CPI no Senado

Congresso instala CPI que deverá apurar uso indevido de cartões

Em reunião do Congresso Nacional dirigida pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, foi lido ontem o requerimento do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) de criação da comissão parlamentar mista de inquérito que deverá apurar irregularidades no uso de cartões corporativos pelo governo federal.

Agora, segundo o deputado Carlos Sampaio, os líderes dos partidos têm um prazo de cinco dias para indicar os membros da comissão. O PMDB já indicou o nome do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) para presidir a CPI e o PT apontou o deputado Luiz Sérgio (RJ) para o cargo de relator.

Carlos Sampaio acredita que na próxima quinta-feira poderá ser realizada a primeira reunião da CPI.

De acordo com o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), a oposição continua com esperança de conseguir a presidência da comissão mista. Mas, de qualquer forma, Vir-

gílio pediu que Garibaldi lesse ontem o requerimento de criação de uma CPI no Senado. O requerimento foi apresentado na semana passada pela oposição.

– A investigação tem de ser feita de qualquer forma. Se o governo se recusa a dividir a presidência com a oposição, dá a impressão de que eles têm muito a esconder – afirmou Virgílio.

O senador disse que, caso o presidente Lula divulgue todas as informações sobre uso do cartão corporativo pela Presidência da República, a oposição desistirá da instalação de qualquer CPI sobre o assunto.



Entre Inocêncio Oliveira e Roseana Sarney, Garibaldi Alves preside sessão

“Se líderes não o fizerem, nós indicaremos integrantes”

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou ontem que, feita a leitura do requerimento de criação da CPI Mista dos Cartões Corporativos, aguardará que os líderes partidários indiquem os integrantes desse colegiado. Caso não o façam, ele obedecerá o Regimento Interno e fará as indicações. “Os líderes hoje sabem que não têm essa folga toda, não”, afirmou.

– O senhor acha que os líderes estão enrolando? – indagaram-lhe.

– Não sei não. Cada um tem sua razão, não é? A meu ver, eles, principalmente a oposição, estão tentando

fazer uma coisa que não considero verdadeira, que é tentar instalar duas CPIs, uma exclusiva do Senado e outra mista. Eu acho que a oposição está fazendo isso para pressionar o governo, porque não há possibilidade de se ter aqui duas CPIs – respondeu.

Na mesma entrevista, Garibaldi Alves foi questionado sobre o possível risco de a votação da reforma tributária ser contaminada pelos trabalhos da CPI dos Cartões Corporativos.

– Creio que o Legislativo tem que discutir os assuntos da CPI, reforma tributária e todos os assuntos de sua pauta. Não acredito que a CPI vá

paralisar o Congresso, nem o Senado, nem a Câmara – observou.

Garibaldi Alves também afirmou que a leitura do requerimento de criação da CPI dos Cartões Corporativos prevista para funcionar apenas no Senado deverá ser feita na próxima semana. O requerimento foi apresentado pela oposição na semana passada.

Sobre a medida provisória que cria a TV Pública (MP 398/07), cuja votação está prestes a ser concluída na Câmara, Garibaldi afirmou que, quando a matéria chegar ao Senado, procurará dar ritmo acelerado a sua votação.

Oposição cobra leitura imediata de requerimento de CPI

O líder do Democratas, José Agripino (RN), afirmou que seu partido não fará nenhuma indicação de integrantes de CPIs no Senado ou na Câmara até que seja lido o requerimento para instalação da comissão no Senado para investigar o uso dos cartões corporativos. Ele disse ter sido informado de que o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, marcou uma reunião de líderes para a próxima terça-feira a fim de tomar uma decisão a respeito da instalação dessa e de outras quatro CPIs já requeridas.

Agripino pediu que os requerimentos de solicitação de todas as CPIs fossem lidos ontem em Plenário. Do contrário, ressaltou, só haveria uma explicação: a interferência do presidente Lula nos trabalhos legislativos.

Também o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse não haver motivo para que os requerimentos não fossem lidos de imediato.

– Não precisamos fazer uma reunião para discutir o óbvio. Se for assim, o presidente Garibaldi vai começar mal.

Lembrou que, ainda na ditadura militar, durante o governo Figueiredo, o relator da CPI do caso Delfim/BNH foi o deputado Alberto Goldman, então filiado ao PMDB, mas integrante



Virgílio (D), ao lado de Suplicy: “Estão propondo uma regressão”

“da fração parlamentar do Partido Comunista Brasileiro”.

– Estão propondo uma regressão a tempos pré-Figueiredo – frisou Arthur Virgílio.



Jucá busca acordo de líderes na Câmara e no Senado

Jucá: é preciso consenso sobre presidência

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou na noite de ontem, em entrevista, que é necessário buscar a unanimidade entre os líderes, na Câmara e no Senado, para pedir ao PMDB que abra mão do cargo de presidente da CPI dos Cartões Corporativos.

– A decisão será tomada no momento em que a CPI for instalada. Os membros serão indicados e será marcada reunião para a escolha do presidente – disse o senador, que confirmou a instalação da CPI na próxima semana e o nome do deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) para a relatoria.

Jucá salientou que “está batendo na tecla do entendimento”, mas reconheceu que há resistências dos líderes da base governista na Câmara, embora já tenha a concordância de alguns no sentido de negociar a presidência da CPI.

O senador manifestou preocupação com o acirramento dos ânimos entre governo e oposição, em razão da disputa pelos postos-chave.

– Com os ânimos exaltados, é menos investigação e mais confusão – alertou o líder, para quem o impasse está sendo causado porque os partidos não querem abrir mão do que estabelece o regimento, segundo o qual caberia à maior bancada de cada Casa a indicação para esses cargos.

Jucá negou haver desconfiança quanto às intenções do PSDB sobre a investigação das denúncias de irregularidades no uso dos cartões. Negou também que o Palácio do Planalto esteja interferindo na negociação sobre os postos-chave da CPI.

Garibaldi recebe camiseta da Seleção Brasileira

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, presenteou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves, com uma camiseta e um agasalho oficial da Seleção Brasileira, além do Anuário do Futebol Brasileiro. A camiseta foi autografada por todos os jogadores que disputaram a última partida com a Irlanda.

Garibaldi Alves devolveu a gentileza, presenteando o presidente da CBF com uma bandeja de prata.

Ainda ontem, o senador recebeu a embaixadora da Noruega, Turid B. Rodrigues, que estava acompanhada pelo representante brasileiro naquele país, Sérgio Moreira Lima.

Virgílio lamenta colisão de barcos no rio Amazonas

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), lamentou a colisão de um barco de passageiros com uma balsa no rio Amazonas. O barco saiu de Alenquer (PA) com 110 passageiros e iria até Manaus.

Até ontem à noite havia dez mortes confirmadas e 92 pessoas resgatadas. Outros 17 passageiros estavam desaparecidos.

Virgílio reivindicou financiamento do BNDES para a construção de barcos seguros, e cobrou uma ação mais eficaz do governo estadual para o equacionamento do problema.

– Esse tipo de acidente é algo que se repete. Entra tempo e sai tempo, e nós não conseguimos dar valor às vidas dos caboclos de minha região – disse.

Requerimento para homenagem ao senador foi apresentado por Kátia Abreu. O sepultamento ocorreu quarta-feira em Santo Antônio de Leverger, município mato-grossense onde ele nasceu

Senado realizará sessão especial em memória de Jonas Pinheiro

O Senado aprovou ontem requerimento para realização de sessão especial em memória de Jonas Pinheiro (DEM-MT), que morreu terça-feira em consequência de falência múltipla de órgãos, resultante de parada cardiorrespiratória que havia sofrido no dia 10. O requerimento foi apresentado por Kátia Abreu (DEM-TO). Pouco antes, a senadora havia prestado homenagem a Jonas Pinheiro colocando flores na bancada que ele ocupava no Plenário.

Kátia Abreu afirmou que Jonas Pinheiro foi “um grande lutador do agronegócio” e um “eminente brasileiro”. O senador mato-grossense dedicou seu mandato à defesa da agricultura, que considerava a verdadeira vocação econômica do país. Em 13 anos de Senado, sua atuação mais destacada foi em defesa da renegociação das dívidas dos produtores rurais.

De acordo com Kátia Abreu, o requerimento foi apresentado em nome de vários colegas, especialmente de Jayme Campos (DEM-MT) e Serys Shlessarenko (PT-MT), que permaneceram no estado em função do sepultamento de Jonas Pinheiro.

Sepultamento

Além do presidente Garibaldi Alves e de Serys, Jayme Campos e Delcídio Amaral (PT-MS), estiveram no velório Augusto Botelho (PT-RR), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Romeu Tuma (PTB-SP), Heráclito Fortes (DEM-PI), José Agripino (DEM-RN), Demostenes Torres (DEM-GO), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Marco Maciel (DEM-PE), Mão Santa (PMDB-PI),



Jonas Pinheiro faleceu devido à falência múltipla de órgãos

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Adelmir Santana (DEM-DF), Marisa Serrano (PSDB-MS), Kátia Abreu, Lúcia Vânia (PSDB-GO), Valter Pereira (PMDB-MS), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

Segundo a Polícia Militar de Mato Grosso, cerca de 50 mil pessoas passaram pelo velório, em Santo Antônio de Leverger. O presidente Lula enviou uma coroa de flores.

Durante sessão do Congresso Nacional realizada ontem, o líder do PSDB, Arthur Virgílio, prestou homenagem a Jonas Pinheiro.

Comissão de Direitos Humanos também faz homenagem

“O senador dedicou sua vida pública à defesa da agricultura, mas nunca deixou de assinar um requerimento que atendessem também aos setores discriminados do país”, ressaltou o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS), durante homenagem do colegiado a Jonas Pinheiro.

– Mesmo quando discordava, fazia o debate qualificado e respeitoso. Era tão elegante na discordância que ao interlocutor soava como uma voz de cumprimento pela iniciativa a ele apresentada – destacou Paim.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que Jonas Pinheiro, quando chegou ao Congresso, “trouxe o costume do campo de acordar de madrugada, e

sempre começava cedo a trabalhar aqui no Senado”.

Romeu Tuma (PTB-SP) também registrou tristeza pela morte do colega. Ao manifestar seu voto de pesar, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lembrou a participação de Jonas Pinheiro na CDH. “Perdemos um companheiro muito respeitado nesta Casa”, lamentou.

JOSÉ AGRIPINO

José Agripino (DEM-RN) destacou a simplicidade de Jonas Pinheiro e a sua atuação em temas como tecnologia agrícola e repactuação de crédito rural.

– Seu mérito era a sinceridade no trato com o agronegócio. Nunca tratava com egoísmo ou pensando em si. Pensava na sua região, na agricultura do Brasil.

LÚCIA VÂNIA

Lúcia Vânia (PSDB-GO) assinalou que o parlamentar mato-grossense notabilizou-se por seu jeito calmo, equilibrado, mas, ao mesmo tempo, combativo. Defensor dos produtores rurais e da agricultura, Jonas Pinheiro atuou em defesa de várias reivindicações do setor, entre as quais, lembrou a senadora, a redução das taxas de juros dos financiamentos.

DELCIDIO AMARAL

Ao discursar em Plenário sobre a “tranqüilidade energética” por que passa o Brasil, Delcídio Amaral (PT-MS) também homenageou a memória do representante mato-grossense.

– O Senado perdeu um homem de bem. Ele honrou Mato Grosso, o Senado Federal e o Brasil – destacou Delcídio Amaral.

Voto de pesar pela morte de Chico Pinto

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentaram em Plenário voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado Francisco Pinto. Chico Pinto, como era conhecido, foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Simon destacou o papel de Chico Pinto na redemocratização. Jarbas recordou a luta do ex-deputado contra a censura. Arthur Virgílio lamentou a falta de reconhecimento em vida da importância política de Chico Pinto. Aderiram à homenagem Cristovam Buarque (PDT-DF), Heráclito Fortes (DEM-PI), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Pedro (PT-AM) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Flexa Ribeiro propõe aplauso a radiologista

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propôs ontem, por meio de requerimento, que o Senado envie voto de aplauso ao médico Euderson Kang Tourinho pela posse na Academia de Medicina do Rio de Janeiro.

Nascido em Rondônia, Kang Tourinho formou-se na Universidade Federal do Pará. Posteriormente especializou-se em Radiologia nos Estados Unidos e no Japão.

De acordo com o senador, o ingresso de Kang na Academia de Medicina do Rio de Janeiro é “o reconhecimento do esforço que ele tem feito em prol da preservação da vida humana”.



Demostenes sugere que CPI analise acordo entre Inbra e Ifas

Demostenes quer investigação de convênio sobre agricultura familiar

O Ministério Público qualificou como uma “miríade de irregularidades”, de acordo com Demostenes Torres (DEM-GO), o convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) e o Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar

Sebastião Roza da Paz (Ifas).

Segundo o senador, o convênio, de R\$ 5,26 milhões, só teve seu plano de trabalho apresentado dez meses depois de firmado, quando um aditivo elevou seu valor para mais de R\$ 7 milhões. Ele pediu que o caso seja apurado pela CPI das ONGs.



Mário Couto: “Investigar denúncias é atitude coerente e responsável”

Mário Couto critica pesquisa que aponta popularidade de Lula

O resultado da última pesquisa de opinião CNT/Sensus, que indicou crescimento da popularidade do presidente Lula, foi questionado por Mário Couto (PSDB-PA).

– Se isso for verdade, criou-se uma nova cultura neste país, a de que se pode fazer tudo com dinheiro público

que não dá em nada – disse.

O senador rechaçou declaração de Gilvam Borges (PMDB-AP), que acusara a oposição de agir de forma “raivosa e temperamental”, afirmando que é uma atitude responsável e coerente procurar investigar denúncias de corrupção no Executivo.

Leopoldo Silva



Cozendeu (D), ao lado de Geraldo Mesquita Júnior, explica a crise com Mercosul e Europa

Importação de pneu usado coloca Brasil em rota de conflito comercial

Parlamentares da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul debateram com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) conflitos sobre importação e exportação de pneus usados. O diretor do Departamento Econômico do ministério, Carlos Márcio Bicalho Cozendeu, relatou que, ao proibir a importação do produto, o Brasil criou problemas com o Paraguai, Uruguai e União Européia. Segundo o diplomata, o Brasil proíbe há muito tempo a importação de “bens de consumo usados”.

Com apoio do Paraguai, o Uruguai reclamou ao Mercosul, alegando que era nova restrição não-tarifária. O laudo arbitral foi desfavorável ao Brasil, que, por

isso, permitiu empresas nacionais importarem pneus remoldados do Mercosul.

Entretanto, a União Européia recorreu à Organização Mundial do Comércio (OMC), reclamando que a exceção caracterizava protecionismo, pois a Europa também queria exportar o produto para o Brasil. O governo federal alegou que a exceção era um problema local e que a proibição contra as outras nações era uma questão ambiental para o país.

Cozendeu pediu que os parlamentares ajudem a resolver o conflito. Presidente da Representação, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) prometeu que o assunto será discutido em reunião da Representação.

Aprovadas audiências sobre Petrobras e ensino de espanhol

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul acolheu requerimento para realização de audiência pública sobre a atuação da Petrobras na América do Sul. A proposta foi apresentada pelo deputado Doutor Rosinha (PT-PR).

Outro requerimento aprovado prevê a realização de audiência sobre o ensino de espanhol no Brasil. O debate foi requerido pelo deputado José Paulo Tóffano (PV-SP). A Lei 11.161/05 determina que as escolas do Brasil têm até 2010 para oferecer a língua espanhola como opção.

Os parlamentares também aprovaram pareceres favoráveis a três mensagens do Executivo sobre acordos do Mercosul. A primeira refere-se ao Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Grupo de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, Falsificação e Contrabando. A outra mensagem trata do Protocolo sobre Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul. A terceira mensagem traz o Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul em Matéria de Cooperação em Emergências Ambientais.

Devido a falta de quórum, apreciação do relatório final do projeto orçamentário deve ocorrer somente na próxima semana, para quando estão convocadas dez reuniões

Bancadas estaduais insatisfeitas adiam a votação do Orçamento

Depois de duas tentativas frustradas de obter o número mínimo de parlamentares exigido para votação, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), convocou dez reuniões para a próxima semana, quando espera a apreciação do relatório final do projeto de Orçamento para 2008, preparado pelo relator, deputado José Pimentel (PT-CE).

Nessas duas tentativas, parlamentares da oposição ameaçaram pedir verificação de quórum, exigindo o cumprimento de prazos regimentais para a tramitação do projeto orçamentário.

– Temos algumas bancadas estaduais insatisfeitas, achando que não foram contempladas pelo relator-geral na distribuição de recursos do Orçamento. Enquanto houver bancada insatisfeita, isso pode acontecer. Sem acordo, a votação do Orçamento não termina



Presidente da CMO, Maranhão anuncia esforço concentrado para votar Orçamento

nem em março – alertou o deputado Valter Pinheiro (PT-BA).

O relator-geral redistribuiu, na semana passada, R\$ 1,58 bilhão entre as 27 bancadas estaduais, recursos oriundos das reestimativas das receitas federais para 2008, feitas pelo Congresso.

Os parlamentares reclamaram, na reunião de ontem, de a comissão não ter publicado uma

errata com a divisão dos recursos. Queixaram-se ainda do fato de Pimentel não ter informado oficialmente da resolução das pendências orçamentárias com o Poder Judiciário.

Na semana passada, ao anunciar cortes de recursos no projeto do Orçamento, Pimentel disse que o Judiciário e o Ministério Público não estavam aceitando uma redução de 20% nas verbas de custeio, como foi feito com a maioria dos ministérios. O Judiciário reivindicava corte de apenas 10%. Ontem, o relator informou à imprensa que a pretensão do Judiciário deveria ser atendida. Com isso, a redução orçamentária neste Poder deverá cair de R\$ 740 milhões para cerca de R\$ 520 milhões.

– O problema é que, ao cortar menos de um lado, tenho de aumentar o corte de outro lado. Isso não é fácil de fazer – comentou.

Verba é reservada para aumentar teto do funcionalismo

Uma verba de R\$ 126 milhões para bancar o aumento do teto salarial do funcionalismo – que equivale ao salário de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), fixado em R\$ 24.500 desde janeiro de 2006 – foi reservada pelo relator-geral do Orçamento 2008, José Pimentel. A decisão do reajuste, no entanto, “será dos líderes partidários do Congresso”, informou Pimentel.

No fim de 2006, o Judiciário encaminhou ao Congresso projeto propondo a atualização do teto em 2007, o que elevaria o valor para R\$ 25.750. A votação deveria ter ocorrido no fim do ano passado, mas os líderes partidários não

viram condições políticas para isso, porque o Congresso teria que adequar o Orçamento em razão do fim da CPMF. Ao fazer os cortes nesta semana, o relator do Orçamento eliminou os R\$ 92 milhões reservados para o Judiciário bancar o aumento do teto de forma retroativa a 2007.

Pimentel explicou que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias impedem que seja colocado no Orçamento gasto salarial não aprovado em lei. Assim, ele reservou os R\$ 126 milhões para 2008, prevendo que o Judiciário voltará a encaminhar ao Congresso projeto propondo o reajuste, desta vez

incorporando a inflação de 2006 (3,19%) e de 2007 (4,46%).

Também foram cortados pelo relator todos os recursos reservados para aumentos retroativos que foram negociados com o governo, mas que não chegaram a ser aprovados pelo Congresso. A redução de tais verbas no Executivo chegou a R\$ 2,06 bilhões. No Ministério Público, foi de R\$ 53,4 milhões. Para resolver o problema, o relator fez uma previsão de R\$ 3,45 bilhões para bancar projetos de reestruturação de cargos, funções e carreiras em 2008, inclusive dos militares e dos servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.

Roosevelt Pinheiro



Neuto de Conto anuncia vinda ao Brasil de representantes da UE

Parlamento Europeu quer discutir boicote à carne, diz Neuto de Conto

O presidente da Comissão de Agricultura (CRA), Neuto de Conto (PMDB-SC), anunciou a chegada ao Brasil, entre 25 de abril e 1º de maio, de uma comissão especial do Parlamento Europeu, que virá discutir a situação do embargo à carne bovina brasileira pela União Européia (UE).

Segundo o senador, a reunião está sendo coordenada pelo embaixador da União Européia no Brasil, João Pacheco. Neuto de Conto também confirmou a realização de uma reunião na CRA para discutir agroenergia e projetos de intercâmbio entre o Brasil e a UE.

Gerardo Magela



Kátia Abreu: União Européia não segue princípios básicos da OMC

Abaixo-assinado rejeita forma de negociação da Europa com o Brasil

Um abaixo-assinado com a adesão de 76 senadores e que rejeita a forma com que a União Européia negocia com o Brasil na compra de carne bovina foi entregue por Kátia Abreu (DEM-TO) à Mesa do Senado, para encaminhamento ao presidente da República e aos ministros da Agricultura

e das Relações Exteriores. A senadora disse que a União Européia não vem seguindo princípios básicos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Kátia Abreu ainda lamentou a libertação, em Palmas, de 33 prisioneiros condenados pela prática de crimes hediondos.

Senadores deverão acompanhar em Porto Alegre depoimento de agente de inteligência do Uruguai que teria denunciado envenenamento de ex-presidente do Brasil

Comissão vai ouvir filho sobre suposto assassinato de Jango

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai ouvir, em audiência fechada, João Vicente Goulart, filho de João Goulart, para tratar de informações acerca do suposto assassinato do ex-presidente da República.

A decisão foi aprovada ontem em reunião

na qual o autor do requerimento, Mesquita Júnior (PMDB-AC), informou que um ex-agente de inteligência do Uruguai e autor das denúncias sobre o suposto assassinato, Mario Barreto, prestará depoimento a uma comissão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ao lembrar que a CDH acolheu requerimento no mesmo sentido, Mesquita Júnior sugeriu que um grupo de senadores vá a Porto Alegre acompanhar



Paim preside a reunião da CDH que acolheu diversos requerimentos

a oitiva. A sugestão foi acolhida.

Também foi aprovada proposta do senador para realização de debate sobre conflitos no município de Tailândia, no noroeste do Pará, entre fiscais do Ibama e madeireiros.

Povos indígenas

A CDH acatou ainda dois requerimentos de Fátima Cleide (PT-RO): o primeiro propõe a realização de debate, em 24 de abril, em comemoração ao Dia

Nacional das Trabalhadoras Domésticas; e o outro prevê audiência pública, no dia 10 de abril, para discutir a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Foram acolhidos requerimentos de Paulo Paim (PT-RS)

solicitando reunião com servidores dos Correios para tratar de suas atividades; audiência para discutir as condições de trabalho dos motociclistas; ciclo de debates sobre “questões atinentes ao povo negro”; debate sobre exame para registro na OAB; e diligência em Porto Alegre, destinada a instruir projeto que institui anistia *post mortem* de João Cândido, almirante negro que liderou a Revolta da Chibata, em 1910.

Paim saúda posse do ministro da Igualdade Racial

Na reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o senador Paulo Paim (PT-RS) saudou a posse do deputado Edson Santos como ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ocorrida nessa quarta-feira, no Palácio do Planalto. Paim cumprimentou o presidente Lula “pela coragem e compromisso com o combate à discriminação”.

O senador também destacou o anúncio, feito pelo presidente durante a solenidade de posse de

Edson Santos, de que a Seppir será transformada em ministério. Conforme registrou Paulo Paim, o presidente afirmou ter encaminhado ao Congresso medida provisória tratando do tema.

Ao ressaltar a defesa feita por Lula do Estatuto da Igualdade Racial, Paim apelou aos deputados federais para que votem a matéria, já aprovada no Senado e que aguarda decisão na Câmara.

– Espero que a Câmara não crie mais obstáculos para votar essa matéria, que interessa a todos.

Também o senador Eduardo

Suplicy (PT-SP) saudou o novo ministro, destacando as qualidades de Edson Santos e desejando a ele sucesso à frente da pasta. No mesmo sentido, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) cumprimentou o deputado.

Paulo Paim registrou, em Plenário, a realização da Festa da Uva, em Caxias do Sul (RS). O tema da festa é “Uma vez imigrante, para sempre brasileiro”. Segundo o senador, trata-se do maior evento do gênero entre os países vinícolas da América do Sul.

Mão Santa critica Lula por defender Matilde Ribeiro

Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem, em Plenário, o presidente Lula por ter defendido publicamente a ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro, demitida do cargo por irregularidades no uso do cartão corporativo.

Em 2007, os gastos de Matilde Ribeiro com o cartão cor-



Mão Santa questiona pesquisa que aponta boa avaliação do governo

porativo do governo chegaram a R\$ 171 mil. A média mensal de despesas equivaleria a R\$ 14,3 mil, superior ao seu salário de ministra, de R\$ 10,7. Na quarta-

feira, o presidente Lula afirmou que Matilde “apenas cometeu falhas administrativas”.

– O nosso presidente ultrapassou os limites. Foi lamentável defender uma ex-ministra que saiu por erro, por traquinagem.

Mão Santa questionou o resultado da última pesquisa de opinião CNT/Sensus, que deu ao presidente Lula a melhor avaliação desde 2003. Segundo Mão Santa, as “péssimas” condições da segurança pública e dos sistemas de saúde e educação brasileiros não justificam a boa avaliação obtida pelo governo.

Suplicy apresenta documentário sobre sua viagem ao Iraque

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) esteve no Iraque por dois dias, em janeiro, em viagem custeada por aquele país. De capacete e colete à prova de balas, ele apresentou às autoridades do país em guerra a sua proposta do programa Renda Básica de Cidadania, como mostrou em documentário exibido ontem aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A resposta, meu amigo, está soprando com o vento, a resposta está soprando com o vento. Ao cantarolar esses versos de Bob Dylan em um dos vários encontros que manteve em Bagdá, o senador disse esperar que o programa Renda Básica de Cidadania contribua para a pacificação do país, “onde existe uma guerra civil que parece não ter fim”.

Durante esses encontros, Suplicy citou o bem-sucedido exemplo do governo do Alasca, que há mais de 20 anos separa 50% dos royalties provenientes da exploração de petróleo para criar um fundo permanente que conta com US\$ 40 bilhões, como informou, e distribui hoje US\$ 1.654 por ano a cada pessoa residente no estado.

No documentário, o ministro

do Planejamento do Iraque, Ali Ghalib Baban, diz que o governo de seu país está estudando qual seria a melhor utilização para os recursos do petróleo. O senador conversou também sobre o tema com o presidente do Conselho de Representantes, Mahmoud al-Mashhadani.

Participou da reunião da CRE Carolina Larriera, viúva do ex-representante especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Iraque, Sérgio Vieira de Mello, morto em um atentado terrorista em 2003. Ela lembrou que Vieira de Mello foi um entusiasta do Renda Básica de Cidadania como um instrumento de pacificação do Iraque e afirmou que o programa “pode dar continuidade à semente que ele deixou ali”. Também presente à reunião, o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque, Jalal Jamel Chaya, previu que o Brasil terá benefícios por haver enviado um representante com o único objetivo de ajudar o povo iraquiano. O 3º secretário da embaixada do Iraque, Hussein Ali Al-Rammah, disse esperar que o programa seja implantado em seu país.



Documentário mostra Suplicy usando capacete e colete à prova de balas

Envio de atletas cubanos que desertaram volta a debate

A Comissão de Relações Exteriores voltará a discutir, na próxima semana, a questão do envio de volta a Cuba de dois boxeadores daquele país que participaram dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que distribuiu aos integrantes do colegiado cópias de resposta do Ministério da Defesa a requerimento de informações enviado pela CRE.

Juntamente com a resposta oficial, de caráter sigiloso, o presidente da comissão enviou aos senadores cópias de depoimento ao Senado do ministro da

Justiça, Tarso Genro, em agosto do ano passado, e de reportagem publicada pela revista *IstoÉ* sobre o mesmo tema. Segundo a reportagem, o governo cubano deve ter obtido informação privilegiada do governo brasileiro, uma vez que o avião que levou de volta a Havana os dois atletas cubanos – Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux – chegou ao aeroporto do Galeão menos de 24 horas depois do anúncio da detenção dos boxeadores.

– Há uma distorção entre o que disse o ministro da Justiça e o que publica a revista *IstoÉ*. Vamos discutir que providências devemos tomar – afirmou Heráclito.

Iniciativa que vai a discussão no Plenário estabelece o exame dos vetos em separado pela Câmara e pelo Senado, e não mais em sessão conjunta

Adiado o exame de novas regras para suplentes

Sete propostas de emenda à Constituição (PEC) que alteram as regras para substituição de senador titular por suplente tiveram seu exame adiado para a próxima semana pela Comissão de Justiça. Decorrente de acordo fechado antes da abertura da reunião, o adiamento foi confirmado pelo presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE).

As PECs estão sendo relatadas por Demostenes Torres (DEM-GO). A mais antiga é a PEC 11/03, de Sibá Machado (PT-AC), suplente de Marina Silva (PT-AC), ministra do Meio Ambiente. A essa proposta estão apensadas as outras seis, de Jefferson Péres (PDT-AM), Valdir Raupp (PMDB-RO), Valter Pereira (PMDB-MS), Expedito Júnior (PR-RO), Tião Viana (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

A proposta de Sibá Machado visa impedir que o suplente assumo o mandato de forma permanente. O exercício do cargo se daria até que se realizasse a escolha de outro nome para cumprir o restante do mandato, que deve acontecer sempre no momento em que estiverem sendo realizadas eleições.

Nova eleição

A PEC 8/04, de autoria de Jefferson Péres, mantém a eleição para novo senador somente se a vacância ocorrer quando faltarem mais de 30 meses para o fim do mandato. Pela proposta de Valdir Raupp (PEC 42/04), haveria três candidatos a senador por partido ou coligação. Ganharia a vaga o mais votado pelo partido que obtivesse mais votos, somados os três candidatos, e os suplentes seriam os outros dois.

Em 2007, Valter Pereira – que sucedeu Ramez Tebet, falecido no exercício do mandato – apresentou a PEC 1/07, que impede a convocação de suplentes durante o período de recesso legislativo. Já a PEC 12/07, de Expedito Júnior, determina que o suplente somente seja chamado ao exercício quando restarem mais de 120 dias para o fim do mandato.

Para que o suplente tenha maior representatividade, Tião Viana, autor da PEC 18/07, propõe que cada partido apresente dois suplentes para cada candidato a senador, mas somente um será eleito. A PEC 55/07, de Eduardo Suplicy, também propõe eleição direta para suplente.

Aprovada proposta que acelera o exame dos vetos presidenciais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem mais uma medida com o objetivo de agilizar o processo legislativo e acelerar a apreciação dos vetos presidenciais. De acordo com a proposição – uma emenda de redação à proposta de emenda à Constituição (PEC) do autor do senador Marco Maciel (DEM-PE) –, esgotado o prazo de 30 dias para apreciação dos vetos, separadamente, pelos Plenários do Senado e da Câmara, conforme prevê o texto da iniciativa, a matéria será inserida na ordem do dia da sessão imediata, mas não

trancará a pauta dos trabalhos, como determina o dispositivo constitucional em vigor.

Votação

A proposta (PEC 57/05) de Marco Maciel – que visa permitir que os vetos sejam examinados em separado pelas duas Casas, e não mais em sessão conjunta do Congresso Nacional – já havia sido aprovada pela CCJ em junho de 2006. Mas, ao ser lida em Plenário na última terça-feira, o próprio senador apresentou requerimento solicitando o reexame da matéria pela comissão. O motivo, explicado pelo autor, é

que a parte final do parágrafo 6º do artigo 66 da Constituição, que não era alterado pela proposta, permitia o sobrestamento das demais proposições até a votação final do veto, obstruindo a pauta dos trabalhos da Casa em que estivesse tramitando a matéria.

Conforme o texto, os vetos presidenciais aos projetos de lei aprovados pelos parlamentares e enviados ao Legislativo em data anterior à da promulgação da proposta, que deverá ser ainda votada pelo Plenário, continuarão sendo analisados em sessão conjunta do Congresso Nacional.



Senadores da Comissão de Justiça aprovam alterações no texto constitucional e mensagem designando membro de tribunal

Pequenos partidos poderão se organizar em federação

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça acolheram ontem, parcialmente, emenda de Plenário de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) à proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite aos partidos políticos que não atingirem o patamar de 5% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados (cláusula de barreira) se organizarem em federação partidária. A proposição é de iniciativa de Marco Maciel (DEM-PE).

A emenda de Valadares determina, entretanto, que a federação partidária somente será permitida se for para vigorar durante toda a legislatura. A federação deverá ser registrada, até a diplomação dos candidatos eleitos, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A proposta (PEC 2/07), que acrescenta parágrafo ao artigo 17 da Constituição federal de modo a autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral, volta agora à apreciação do Plenário.

CCJ acolhe mudança de posse no Executivo para 2 de janeiro

A posse do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos poderá ser no dia 2 de janeiro do ano seguinte ao da eleição, e não mais no dia 1º, como determina a Constituição. Proposta de emenda à Constituição nesse sentido, que tem como primeiro signatário Marco Maciel (DEM-PE), foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e segue agora para o Plenário.

O objetivo da proposta (PEC 51/06) é acabar com a dificuldade no comparecimento de autoridades nacionais e internacionais à posse, devido à proximidade com as festividades de final de ano.

O projeto original alterava a data para 3 de janeiro, mas os senadores argumentaram que não fazia sentido um intervalo de um dia útil após o feriado nacional do dia 1º. Conforme a proposta relatada por Arthur Virgílio (PSDB-AM), a emenda entrará em vigor apenas a partir das eleições que ocorrerem em 2012 para prefeito e vice-prefeito, e a partir da eleição de 2014 para presidente da República, governador e respectivos vices.

Parte da faixa de fronteira deve ser reduzida para 50km

Proposta de emenda à Constituição que reduz de 150 para 50 quilômetros a largura da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul foi aprovada ontem pelos senadores da Comissão de Constituição e Justiça.

O texto original (PEC 49/06), de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), determinava também a redução da faixa de fronteira na região amazônica. Mas o relator, senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA), apresentou emenda, mantendo os atuais 150 quilômetros de largura nesse caso. Como justificativa à manutenção do limite, ele lembrou que a região Centro-Norte possui baixo povoamento nas fronteiras, relativa ausência do Estado, além da presença de recursos naturais cobçados no exterior.

A PEC de Zambiasi recebeu elogios de senadores presentes à reunião, a exemplo de Pedro Simon (PMDB-RS). Ele informou que o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva já se manifestou favorável à redução da faixa de fronteira.

Indicação de Kátia Magalhães ao TST passa em comissão

Parecer favorável à mensagem presidencial indicando a juíza Kátia Magalhães Arruda para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Gelson de Azevedo, foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça.

A indicada é juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão). A comissão aprovou também regime de urgência para a matéria em Plenário.

Em seu parecer, o relator da mensagem, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), lembrou que, se aprovada a indicação pelo Senado, Kátia Arruda será a primeira mulher nordestina a ocupar um cargo de ministra do TST.

Na exposição aos senadores da CCJ, a juíza afirmou que conduz sua atuação profissional em três frentes: celeridade no acesso à Justiça, melhoria na qualidade e nos serviços prestados ao cidadão e responsabilidade social.

Senadores comemoram os 200 anos da abertura dos portos

Em sessão especial dirigida pelo presidente Garibaldi Alves, os senadores comemoraram ontem os 200 anos da abertura dos portos do Brasil. Garibaldi lembrou que o fato constitui um dos momentos simbolicamente mais importantes da história do país. A Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, assinada por d. João VI oito dias após a chegada da corte portuguesa à Bahia, e que abriu os portos às na-

ções amigas, foi citada pelo senador como o documento básico da formação do Brasil dos pontos de vista econômico, administrativo e político. Os diversos aspectos desse fato foram também abordados por Romeu Tuma, autor da proposta de homenagem, e outros cinco oradores. O comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto, e o representante do Exército, Odilson Sampaio Benzi, participaram da solenidade.



Romeu Tuma (foto menor) discursa na sessão especial, a que compareceu grande número de autoridades e convidados

GARIBALDI ALVES

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, ressaltou que, com a abertura dos portos, o Brasil deixou de ser colônia e passou a competir para ocupar seu espaço entre os países mais importantes e desenvolvidos do planeta. Atualmente, informou o senador, 95% do comércio exterior brasileiro é feito por mar.

CRISTOVAM BUARQUE

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), faltaram duas medidas para permitir ao Brasil avançar como nação: a abolição da escravatura e a universalização da educação. “O que corresponderia hoje à abertura dos portos é o desenvolvimento científico e tecnológico, não apenas a criação de faculdades e de universidades, porque isso não é suficiente”, disse.

VALDIR RAUPP

A navegação é o mais eficiente modo de transporte, especialmente para grandes volumes de carga, segundo Valdir Raupp (PMDB-RO), que defendeu sua utilização para escoar a produção da Amazônia. O senador avaliou que, além de permitirem transporte mais barato e competitivo, as hidrovias são de fácil implantação na Amazônia brasileira.

ROMEU TUMA

Dom João VI “teve o condão de uma iluminação divina ao aportar na costa brasileira, ainda na Bahia, antes da instalação definitiva do Império no Rio de Janeiro”, afirmou Romeu Tuma (PTB-SP). Na opinião do senador, dom João VI anteviu o que o mar representaria na independência e na soberania do país que o Brasil seria no futuro. Tuma lembrou a importância da modernização dos portos, da construção dos navios e do reaparelhamento das Forças Armadas, destacando o papel da Marinha nas águas territoriais e da Aeronáutica no patrulhamento da plataforma marítima brasileira. Tuma também se referiu à importância do Exército “na área fluvial da Amazônia”.

PAULO DUQUE

Paulo Duque (PMDB-RJ) disse que a abertura dos portos às nações amigas foi um sinal do caráter desenvolvimentista e estratégico da visão de estadista de dom João VI. Para o senador, dom João VI foi um dos grandes heróis do Brasil, além de ter deixado uma descendência que classificou de “admirável”, representada por dom Pedro I e dom Pedro II.

MÃO SANTA

A civilização foi inaugurada no Brasil com a chegada de dom João VI, no entender de Mão Santa (PMDB-PI). A partir desse momento, disse o senador, iniciou-se um processo de desenvolvimento da educação, da administração e do comércio próprios da civilização. “Então, o mundo civilizado começou aí e com essa abertura dos portos”, ressaltou.

KÁTIA ABREU

Kátia Abreu (DEM-TO) propôs que a Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República seja responsável não apenas pelos portos marítimos, mas também pelos portos fluviais, que estão a cargo do Dnit. A senadora também criticou o fato de os projetos para rodovias terem recebido do PAC recursos muito superiores aos destinados às hidrovias.

Em fórum, Casagrande destaca importância de preservar floresta

No segundo dia do Fórum do G8+5 sobre Mudanças Climáticas, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) destacou a importância de se combater o desmatamento ilegal da Floresta Amazônica como principal forma de se coibir o aquecimento global. O evento, que reúne parlamentares dos oito países mais desenvolvidos do mundo (Estados Unidos, Japão, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Rússia) e das cinco principais nações emergentes (China, Brasil, Índia, México e África do Sul), é uma iniciativa da Organização Global de Legisladores para um Ambiente Equilibrado (Globe).

Casagrande disse que o desma-



Genildo Morgado

Casagrande: desmatamento ilegal é problema de países em desenvolvimento

tamento ilegal é ainda o principal problema do Brasil e de outros países em desenvolvimento, quando se fala sobre o efeito estufa e sobre a proteção e preservação da biodiversidade.

Gilvam registra a liberação de recursos federais para o Amapá

Recursos federais enviados para o governo do Amapá e para vários municípios do estado – Macapá, Santana, Porto Grande, Laranjal do Jari e Itaubal – foram relacionados por Gilvam Borges (PMDB-AP). – Estamos sempre visitando os ministérios, conforme agenda preestabelecida, e o dinheiro chega ao nosso estado.

O senador também manifestou sua alegria por acreditar que a oposição “não mais usará a tribuna para perder tempo falando de cartões corporativos”, passando a tratar dos grandes temas nacionais.

Camata destaca anúncio de obras no Espírito Santo

A visita do presidente Lula ao Espírito Santo, na opinião de Gerson Camata (PMDB-ES), “foi pródiga em resultados”.

De acordo com o senador, a visita foi iniciada, na terça-feira, por uma das estações do Gasoduto de Interligação Sudeste-Nordeste (Gasene). O presidente da República também assinou ordem de serviço para o início da duplicação de 18 quilômetros da Rodovia do Contorno e garantiu recursos para a construção de novas redes de tratamento de esgoto em Vitória, beneficiando cerca de 300 mil pessoas.

Heráclito defende um plano estrutural para o turismo no país

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou a ausência de um plano estrutural para o turismo. O Brasil conta com uma população criativa e diversas atrações naturais que poderiam ser exploradas de forma organizada, afirmou.

– O mundo inteiro tem um verdadeiro fascínio pelo mistério da Amazônia – disse Heráclito, destacando ainda atrações turísticas em Mato Grosso do Sul, Amapá, Tocantins, Piauí e Rondônia.

Heráclito citou a execução diária do *Bolero*, de Ravel, em João Pessoa, durante o entardecer às margens do rio Sanhoá. Mas lamentou que a harmonia do espetáculo seja prejudicada por divergências entre músicos locais.



Morieira Mariz

País tem diversas atrações turísticas, mas falta organização, afirma Heráclito

– Por falta de ação das autoridades de turismo ou orientação, os turistas que para lá se dirigem não ouvem apenas um saxofonista, mas quatro, um atrapalhando o outro – contou.